

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DAS FAVELAS,  
BAIRROS POPULARES CARENTES E SEGMENTOS  
DE POBREZA DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

VOLUME I

- VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO

7500038

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DAS FAVELAS,  
BAIRROS POPULARES CARENTES E SEGMENTOS  
DE POBREZA DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

VOLUME I

- VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO

DEZEMBRO/79

## SUPERVISOR

*Sebastião José Balarini*

## COORDENADOR

*Fernando Schwab Firme*

## TÉCNICOS

*José Saad Filho*

*Magno Pires da Silva*

*Maria Heloisa Dias Figueiredo*

## CONSULTOR ESPECIAL

*Michel Otto Bergman*

## AUXILIARES DE PESQUISA

*Ana Lúcia Lôgo*

*Antônio Carlos Maia Figueiredo*

*Augusto César Gobbi Fraga*

*Gilberto Alvares dos Santos*

*José Tarcísio Gomes Lemos*

*Luzia Ferreira Gávia*

*Miriam Santos Cardoso*

*Paulo Roberto Gomes Cabral*

*Rosane de Ávila*

*Solange de Cácia dos Santos*

*Taurio Lucillo Tessarolo*

*Viviane Vervloet Medeiros*

## EQUIPE DE APOIO DA FJSN

## SUMÁRIO

## PÁGINA

## ESTRUTURA DO TRABALHO

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                                      | 5  |
| 2. SÍNTESE .....                                                                         | 10 |
| 3. HISTÓRICO E OBJETIVOS DO TRABALHO .....                                               | 12 |
| 3.1. Histórico .....                                                                     | 13 |
| 3.2. Objetivos .....                                                                     | 15 |
| 4. METODOLOGIA .....                                                                     | 17 |
| 4.1. Observações diretas .....                                                           | 19 |
| 4.2. Pesquisa complementar por amostragem .....                                          | 22 |
| 5. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DAS FAVELAS E BAIRROS POPULARES CAREN<br>TES DO MUNICÍPIO ..... | 23 |
| 5.1. Histórico do Município de Vila Velha .....                                          | 24 |
| 5.2. Aspectos físicos atuais dos assentamentos .....                                     | 33 |
| 5.2.1. Implantação .....                                                                 | 33 |
| 5.2.2. As habitações e os terrenos .....                                                 | 35 |
| 5.2.3. Serviços básicos .....                                                            | 38 |
| 5.3. Manifestações sociais .....                                                         | 43 |
| 5.4. A situação econômica dos bairros carentes .....                                     | 46 |
| 5.4.1. A situação no Município .....                                                     | 46 |
| 5.4.2. Situação nas favelas e bairros populares ca<br>rentes .....                       | 50 |

|                                                                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 6. PROPOSIÇÕES .....                                                                                      | 55     |
| 6.1. Filosofia de intervenção .....                                                                       | 56     |
| 6.2. Aspectos mais prementes .....                                                                        | 58     |
| 6.3. Destaques na matriz de situação geral .....                                                          | 59     |
| 6.4. Tipos de intervenção - considerações .....                                                           | 60     |
| <br>ANEXOS .....                                                                                          | <br>65 |
| 1. Matriz da situação atual das favelas, bairros populares ca<br>rentes e segmentos - Vila Velha/79 ..... | 66     |
| 2. Matriz de prioridades .....                                                                            | 68     |
| 3. Mapa de localização e acesso .....                                                                     | 70     |
| <br>BIBLIOGRAFIA .....                                                                                    | <br>72 |

#### LISTA DE TABELAS

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 - Participação da População Favelada na População To<br>tal dos outros Estados da Região ..... | 7  |
| TABELA 2 - .....                                                                                        | 20 |
| TABELA 3 - .....                                                                                        | 28 |
| TABELA 4 - .....                                                                                        | 29 |
| TABELA 5 - .....                                                                                        | 29 |
| TABELA 6 - Conjuntos Habitacionais - Vila Velha - 70/78 .....                                           | 31 |
| TABELA 7 - .....                                                                                        | 34 |
| TABELA 8 - .....                                                                                        | 36 |
| TABELA 9 - .....                                                                                        | 48 |
| TABELA 10 - .....                                                                                       | 61 |

1.

INTRODUÇÃO

---

Diante do fenômeno do rápido crescimento das cidades brasileiras, aparece como consequência mais problemática, a questão habitacional, que afeta grande parte das populações urbanas, e que vem despertando a atenção do Poder Público. Entretanto, apesar de se engendrar inúmeras *soluções*, não se têm conseguido até o presente momento atingir as causas reais do problema.

O favelamento das áreas metropolitanas assim como os demais problemas urbanos são decorrentes de uma série de fatores vinculados à estrutura econômica do país numa abordagem mais geral e ao caráter da apropriação do espaço no desenvolvimento urbano, de forma mais particular.

A Grande Vitória próxima aos centros urbanos mais desenvolvidos do país, também é afetada pelas condições estruturais uma vez que é o centro urbano menos dotado de recursos da região e na qual a questão da subhabitação urbana adquire contornos críticos contundentes.

Com efeito, partindo-se da análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Censo Escolar no que tange ao crescimento do nº de barracos na aglomeração da Grande Vitória, verifica-se que o número de moradias inadequadas correspondeu ao dobro dos domicílios mais duráveis e representa hoje cerca de 45% do total de domicílios da aglomeração<sup>1</sup>. Com base em informações coletadas no total dos assentamentos de subhabitação na aglomeração, constata-se que, em 1979, próximo de 262.000 pessoas ou 47% da população vive em condições precárias de habitação<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Informações Básicas para o Planejamento Urbano-Docmento 2-FJSN.

<sup>2</sup> Projeto Habitação - Fase II - Dados Preliminares/1979 - FJSN.

Comparando-se tais dados da Grande Vitória com ocorrências semelhantes em outras cidades da região sudeste, em que a população favelada representa uma participação alta no total da população, verifica-se que ao nível da aglomeração, considerando-se tamanho, importância econômica, situação geográfica e número de habitantes, o problema da subhabitação assume proporções mais graves, que nas outras cidades citadas, conforme quadro abaixo:

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA NA POPULAÇÃO TOTAL DOS OUTROS ESTADOS DA REGIÃO

| ANO  | CIDADE      | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO FAVELADA | PART. POPULAÇÃO/FAV./ POPULAÇÃO TOTAL |
|------|-------------|-----------------|--------------------|---------------------------------------|
| 1979 | R.Janeiro   | 5,2 milhões     | 935 mil            | 18%                                   |
|      | São Paulo   | 8,6 milhões     | 800 mil            | 10%                                   |
|      | B.Horizonte | 1,8 milhões     | 600 mil            | 33%                                   |

Fonte: CODES - Coord. do Bem Estar Social - Secretaria de Administração Regional do Município de São Paulo - Fundação Leão XII do Rio de Janeiro e IBGE.

CHISBELL - Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte.

É desta constatação que surge o presente trabalho, como resultado das preocupações da Fundação Jones dos Santos Neves como Órgão do Sistema Estadual de Planejamento em responder aos problemas da aglomeração, contribuindo através da sistematização de dados e informações sobre tais área para um conhecimento adequado do fenômeno. Este conhecimento torna-se importante e necessário, uma vez que somente partindo-se de uma visão do problema através das suas configurações internas é que se torna possível encaminhar alternativas de soluções compatíveis com a população de baixa renda.

Espera-se também que o Poder Público Municipal munido das presentes in formações e coerente com as proposições levantadas possa efetivamente responder aos anseios da população carente do município.

2.

SÍNTESE

---

Neste estudo particular do Município de Vila Velha procuramos mostrar que os aspectos mais salientes do problema habitacional da população de baixa renda, não estão restritos somente a *favelas*, mas incluem os bairros populares de periferia onde igualmente há faltas de infra-estrutura física e equipamentos sociais mínimos para garantir níveis aceitáveis de bem-estar.

Esta postura implica também no entendimento do problema ao nível econômico em dois pontos. Primeiro, o da compreensão da contradição que é a relação entre a renda e o preço da habitação ao nível dos mecanismos de mercado; e o segundo, é o que se refere ao uso dos recursos públicos, mais prontamente destinados a facilitar a reprodução e ampliação do capital nas cidades do que garantir as condições de bem estar social da população.

Tal entendimento permite concluir que a habitação urbana não é apenas a casa isolada mais sim, um conjunto de condições que devem ser satisfeitas num processo plenamente integrado ao desenvolvimento urbano. Por outro lado, ao enfatizar a ação em cima das questões referentes a infra-estrutura física e social, o presente trabalho vem realçar o fato de que as famílias pobres quando formulam sua escala de prioridades no quadro das diversas necessidades para melhorar suas condições de vida, não colocam a habitação enquanto unidade física como necessidade prioritária. O mais importante para o povo é ver solucionado os seus problemas de saneamento, abastecimento de água, saúde, transporte, etc.

A compreensão sob este ângulo do que seja *habitação* e *habitat* para a população pobre, motivou o presente trabalho a indicar propostas de soluções adequadas aos graves problemas enfrentados pelas famílias e de acordo com suas prioridades de reivindicação.

As favelas e bairros carentes do Município de Vila Velha são ocupados hoje por cerca de 107.000 habitantes desprovidos em geral de muitos dos serviços de que necessita um assentamento urbano. Essa população corresponderia a 63% da população urbana do município.

Dos assentamentos pesquisados, 18 são favelas e/ou bairros e 15 são segmentos de pobreza, ou áreas carentes em bairros relativamente providos de serviços urbanos.

A renda familiar nesses locais se situa abaixo de 3 salários mínimos.

Em toda a área, as principais carências são os problemas de saneamento, de vias de circulação internas, de segurança (principalmente ligadas ao desemprego), e de abastecimento de água. As principais reivindicações se relacionam com a área do saneamento em geral (coleta de lixo, esgotos, drenagem e aterros).

Isto nos conduz à proposta de uma intervenção global centrada no saneamento, com ênfase na coleta dos esgotos. Tal ação utilizaria recursos do PLANASA, participação das comunidades nos planos e serviços, e dirigiria todos os trabalhos a uma só meta geral.

O presente trabalho consiste num diagnóstico, restando aos níveis decisórios desencadear as ações práticas, nas quais a participação popular será imprescindível.

3. HISTÓRICO E OBJETIVOS DO TRABALHO

### 3.1.

### HISTÓRICO

---

O estudo da função habitação dentro do programa de trabalho da Fundação Jones dos Santos Neves no ano de 1979, apresentou desdobramentos em função de inúmeras variáveis externas que impediram o livre curso do projeto durante o ano.

A preocupação em estudar e arrolar conhecimentos sobre a população residente em áreas de subhabitação na Grande Vitória, decorre da fixação da filosofia e das diretrizes globais de planejamento no desenvolvimento urbano da aglomeração, consubstanciado no *Plano de Estruturação do Espaço*, que contemplou como área de pesquisa e estudos as funções transporte, uso do solo, lazer e complementa-se no estudo da função habitação e renda.

A implementação mais acelerada de tais estudos estava também diretamente vinculada à participação do Espírito Santo e mais particularmente Vitória dentro do Programa CPM/BIRD - Cidades Porte Médio, o qual exige pela sua própria característica e natureza, um efeito de maior impacto sócio-econômico possível, nos segmentos de pobreza urbana dentro das cidades.

Dentro deste contexto, uma vez carreados os recursos para a aglomeração, se processará uma real e efetiva intervenção no sentido de melhoria das condições urbanas de vida de grande parte da população. Assim decidiu-se desenvolver um projeto piloto que contemplasse tais objetivos.

Nesta direção, em termos metodológicos concluiu-se que a melhor maneira de estudar o problema da subhabitação na aglomeração, seria a utilização do método dedutivo. Por isto, a primeira fase, do processo de planejamen

to constituiu-se num trabalho desenvolvido para o bairro Maria Ortiz, particularmente escolhido pela sua deficiente infra-estrutura, pelo tempo de ocupação e seu tamanho médio.

A idéia pressuposta nesta postura metodológica está vinculada ao fato de que a análise particular da realidade de um dos assentamentos escolhidos, forneceria elementos necessários sobre as condições de vida da sua população o que permitiria uma aproximação mais exata para o tratamento e o conhecimento das outras áreas carentes, selecionadas da Grande Vitória.

A segunda fase do projeto habitação, consiste em realizar levantamentos em todas as áreas de subhabitação da Grande Vitória, visando armazenar dados e informações necessárias ao conhecimento mais preciso do fenômeno e que teriam a finalidade de fornecer subsídios para novos projetos de intervenção, em áreas a serem escolhidas, segundo critérios derivados do nível de carência constatado nos diversos assentamentos.

Do ponto de vista técnico e metodológico, constatou-se ser mais justificado que os levantamentos e as posteriores proposições fossem realizadas a nível de cada município da Aglomeração.

### 3.2.

### OBJETIVOS

---

Com a elaboração do Plano Diretor Urbano de Vila Velha por parte da Fundação Jones dos Santos Neves, dentro das diretrizes espaciais de planejamento para a Grande Vitória, verificou-se que as informações colhidas sobre as condições de vida da população residente em áreas de subhabitação no Município seriam elementos valiosos como subsídios para prioridades a serem incluídas em tal plano.

Desta forma incluído no objetivo maior do projeto, que é a intervenção a nível dos assentamentos subnormais, se define também e, consequentemente, o fornecimento de subsídios para os Planos Diretores Urbanos.

Um outro aspecto, de importância fundamental dentro dos objetivos do projeto é o de que as informações coletadas sirvam como elemento orientador no estabelecimento das prioridades municipais, implicando numa revisão do Plano de Obras do Executivo Municipal. Neste aspecto o presente trabalho deverá ser encaminhado ao Poder Público Municipal, incluindo-se tanto o Executivo quanto o Legislativo Municipal de Vila Velha.

Tal atenção se prende à orientação geral da FJSN que busca uma integração institucional com Órgãos Municipais, uma vez que entende-se o acatamento à autonomia municipal como condição básica para o sucesso de intervenções propostas.

A participação da Prefeitura Municipal em projetos desta natureza e a apreensão por parte dos seus órgãos dos frutos do planejamento são elementos necessários para gerar no setor público municipal ações permanentes voltadas ao atendimento das necessidades básicas da população.

É uma preocupação central das proposições encaminhadas pela Fundação Jo  
nes dos Santos Neves no presente trabalho, a participação ativa e im  
prescindível da população atingida, na solução dos seus problemas ao la  
do da participação governamental.

A população não pode continuar sendo objeto de um planejamento paterna  
lista, mais deve participar como sujeito de suas próprias aspirações em  
todo e qualquer plano que lhe diga respeito.

A experiência de desenvolvimento de um planejamento participativo, e a  
não acomodação a uma tradição paternalista e tecnocrática de impor so  
luções não desejadas pela população, poderá levar à busca de solução  
pelos próprios moradores para os problemas comunitários.

Enfim o objetivo final de tais proposições está ligado ao processo orga  
nizativo da população municipal para que esta possa reivindicar a sua  
parte no uso e no fruto da riqueza urbana.



Na fase II do projeto Habitação, foram desencadeadas duas pesquisas paralelas e complementares: a pesquisa por observação com dados mais qualitativos e a pesquisa por amostragem, levantando dados mais quantitativos; tendo por finalidade obter um maior conhecimento dos problemas existentes em todos os bairros, visando uma caracterização de todas as áreas quanto aos aspectos físicos, sócio-comunitários, econômicos e fundiários.

Este trabalho tinha por meta inicial um relatório global para a Grande Vitória, o que explica o fato das investigações se estenderem inicialmente aos cinco municípios da região. Posteriormente, concluiu-se pela maior oportunidade da preparação de relatórios isolados, por município, sendo Vila Velha o primeiro a ser abordado.

As observações em Vila Velha, foram realizadas de fevereiro a maio de 1979, sendo utilizados quatro técnicos divididos em duas duplas independentes.

A pesquisa por amostragem desenvolveu-se de janeiro a junho de 1979, sendo incluídos nesse período; teste do questionário, aplicação das entrevistas, codificação e tabulação dos dados e a apresentação final dos mesmos. Sendo a equipe formada por um técnico e sete estagiários.

## 4.1

## OBSERVAÇÕES DIRETAS

As observações diretas realizadas pela equipe baseiam-se na visita do bairro ou segmento de bairro, à pé, e no contato com os moradores mais antigos, líderes de comunidades de bairro e grupos de moradores.

Após a visita e os contatos preenche-se um questionário que aborda aspectos físico-ambientais, sócio-comunitários, econômicos e institucionais, conforme modelo anexo (Vol. II - parte 2).

Os itens do questionário, na sua maior parte (70%) dependem de consultas à população, restando 30% da interpretação aos investigadores.

Durante uma observação direta, dois pesquisadores visitam o bairro independentemente, entrevistando e concluindo isoladamente. Logo após, em reunião, realiza-se a fusão dos questionários num único relatório. Este questionário resultante, transformado em texto compacto vem a ser o relatório final de cada bairro ou segmento (Vol. II - parte 1).

Os diversos pontos abordados pelos questionários, reunidos em blocos qualitativos, alimentaram a matriz das *Favelas e Bairros Populares Carentes* a partir da qual chegou-se às médias de carência e atendimento em cada setor para o município e ao respectivo relatório.

Com a finalidade de se chegar a uma ordem de prioridade no atendimento das diversas carências, conferiu-se pesos a cada grau de carência, em cada setor abordado, de tal forma que os pesos fossem diretamente proporcionais aos fatores que determinam a queda da qualidade de vida num local. Assim, quanto mais presente uma situação de aviltamento da qualidade de vida, tanto maior o peso conferido:

TABELA 2

| ASPECTOS                           | EXPRESSÃO     | PESOS                                                                   |
|------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------|
| INFRA-ESTRUTURA                    | %             | 0% = 0                                                                  |
| 1. Terreno alagável                | %             | 1 a 25% = 1                                                             |
| 2. Desalinhamento                  | %             | 26 a 50% = 2                                                            |
| 3. Vias não carroçáveis            | %             | 51 a 75% = 3                                                            |
| 4. Sem solução p/esgoto            | %             | 76 a 100% = 4                                                           |
| 5. Sem rede de água                | %             |                                                                         |
| 6. Sem fornecimento regular        | %             |                                                                         |
| 7. Sem ligação elétrica domiciliar | %             |                                                                         |
| 8. Sem iluminação pública          | %             |                                                                         |
| SERVIÇOS - 1                       |               |                                                                         |
| 9. Transporte coletivo             | Bom/mau = +/- |                                                                         |
| 10. Escola de 1º Grau              | +/-           | + = 0                                                                   |
| 11. Prox. de posto médico          | +/-           | - = 4                                                                   |
| 12. Policiamento                   | +/-           |                                                                         |
| SERVIÇOS - 2                       |               |                                                                         |
| 13. Escola de 2º Grau              | +/-           | + = 0                                                                   |
| 14. Alfabetização adultos          | +/-           | - = 2                                                                   |
| 15. Atendimento médico             | +/-           |                                                                         |
| 16. Posto policial                 | +/-           |                                                                         |
| SITUAÇÃO JURÍDICA                  |               |                                                                         |
| 17. Predom. casa própria           | +/-           | + = 0                                                                   |
| 18. Docum. regular                 | +/-           | - = 4                                                                   |
| 19. Proprietários terceiros        |               | Terrenos:<br>Pref., Estado, União = 1<br>Particular = 2<br>Duvidoso = 3 |
| EMPREGO                            |               |                                                                         |
| 20. Há emprego                     | +/-           | + = 0<br>- = 4                                                          |

Desta maneira, a somatória dos pesos de todos os aspectos ou o peso de cada aspecto isolado nos fornece, afetados da população\*, os Índices de prioridades dos bairros para cada aspecto ou para o conjunto:

$P^1$  = Índice de prioridade, por bairro, considerando-se cada aspecto de carência isoladamente, afetado da população do bairro.

$$P^1 = \frac{p \times P}{1000} \quad \text{onde: } P = \text{população} \\ p = \text{peso de cada aspecto}$$

$P^2$  = Índice de prioridade, por bairro, considerando-se a somatória de todos aspectos de carência analisados, afetado da população do bairro.

$$P^2 = \frac{\sum p \times P}{1000} \quad \text{onde: } \sum p = \text{somatória dos pesos} \\ P = \text{população}$$

Pode-se também obter a ordem de prioridade bruta dos bairros, através da somatória de todos os pesos sem a influência da população.

Estas relações estão expressas numa matriz de prioridades anexa, a partir da qual orientam-se as propostas de intervenção (Anexo 2).

---

\*Partiu-se do princípio de que, quanto maior a população afetada, maior a prioridade de um local para um mesmo determinado grau de carência.

5. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DAS FAVELAS E BAIROS  
POPULARES CARENTES DO MUNICÍPIO

## 5.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

No Espírito Santo, em 1500, moravam cerca de 200 mil pessoas pertencentes aos grupos indígenas da língua Tupi (Goitacazes, Temiminós, Tupiniquins, Baiacus) e, os de língua Gê e Macrogê (Tamoios, Puris, Aimorés, Uatus e Botocudos). À costa do Espírito Santo estavam os Temiminós e Tupiniquins que viviam, principalmente, dos produtos do mangue.

Em 1535, os portugueses aportaram na Baía de Vitória - entre morros da Penha e Jaburuna - no intuito de conquistar e explorar as riquezas da região. Fundaram nesse local uma pequena Vila, com aproximadamente 40 casas de palha e uma capela, denominada mais tarde de Vila Velha. Iniciou-se assim, a escravidão e o massacre dos Índios, verdadeiros donos da terra. A partir desse período, a maioria dos registros históricos estão, praticamente, limitados à história da civilização branca dominante.

Para atingirem seus intuítos, os portugueses travaram constantes lutas com os indígenas e outros colonizadores e viram-se forçados a transferirem a vila para a Ilha de Vitória, desativando o pequeno núcleo. No entanto, em 1558, aportou em Vila Velha, um Ermitão espanhol, Pedro Palácios, que iniciou através do trabalho de escravos (negros e Índios) a construção de uma ermida de Nossa Senhora da Penha. Posteriormente, em 1650, foi feito o Convento da Penha.

No início do Século XVII, construíram o Forte de São Francisco Xavier, mais tarde denominado Fortaleza de Piratininga. No Século XIX, foi fundado a Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha e a Hospedaria de Indígenas. Em 1871, foi edificado o Farol de Santa Luzia, para apoio à navegação.

De 1940 à 1970, o crescimento demográfico da Grande Vitória foi explicado mais pela componente migratória do que pela componente vegetativa. O aumento por migração representou o dobro do incremento vegetativo. Na década de 50/60, a penetração do café no Rio Doce, acarretou a vinda de muita gente de outras unidades da Federação para a área rural.

Na década 60/70, o fluxo inverteu-se. O Estado como um todo apresentou um saldo migratório negativo. Internamente isto refletiu no esvaziamento do interior e no processo de inchação da Grande Vitória, caracterizando-se a evolução demográfica do Estado, pela emigração rural e inchação urbana.

Esse fato é principalmente explicado pelo processo de erradicação dos cafezais (década de 60) engendrado pelo Governo Federal, objetivando a proteção dos preços internacionais do produto, acrescido do surgimento de uma praga que devastou inúmeros cafezais, provocando o esgotamento da monocultura, e, determinando uma crise na economia capixaba e, consequentemente, a exacerbação do êxodo rural.

Calcula-se que aproximadamente 200 mil pessoas deixaram o interior do Espírito Santo, devido à queda do nível de renda e emprego. Destas, 120 mil dirigiram-se para Aglomeração Urbana da Grande Vitória, e 80 mil dirigiram-se a outros Estados da Federação.

A Grande Vitória, que ocupa 3% da área total do Estado, tinha em 1960 um contingente populacional que representava 14% do total do Estado. Em 1970, o seu contingente populacional passa a representar 24% do total.

Em 1970, segundo dados do Censo Demográfico do Espírito Santo/70, a participação dos imigrantes na população total do Município de Vila Velha era de 53,39% da população.

Além da erradicação dos cafezais, outros fatores ajudam a explicar o grande crescimento populacional da Grande Vitória neste período (40/70), como por exemplo:

- o fato de Vitória ter emergido progressivamente a partir de 1940, como um dos grande centros portuários do País;
- as ligações rodoviárias com Minas Gerais e Rio de Janeiro, na década de 60/70, deram a Vitória uma provável capacidade de irradiação condizente com sua projeção como ponto alternativo do desenvolvimento do Sudeste;
- o próprio Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que prevê uma série de melhorias das condições de vida do trabalhador do campo, objetivando a expansão do modo de produção capitalista no campo, obteve, principalmente dois efeitos contrários:
  - 1º - as obrigações trabalhistas para com os empregados (carteira assinada, 13º Salário, Férias etc) impostas aos proprietários, induziram estes a dispensarem seus empregados que vieram para os centros urbanos, buscando melhores condições de vida;
  - 2º - o direito à propriedade, atribuído ao posseiro com mais de 10 anos de uso da terra, foi determinante para o desinteresse dos proprietários em manterem em suas terras, trabalhadores em sistema de parceria.

Esse processo veio acarretar assim, o aparecimento do *bóia-fria*, que permanece, à margem dos benefícios sociais derivados deste sistema, em condição de assalariado temporário, passivo dos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista. No caso dos pequenos proprietários agrícolas significou a perda dos meios de produção que lhes asseguravam o sustento no regime de economia de subsistência e/ou de produção simples de mercadorias. Esse fator é determinante, também, no alto crescimento populacional da Grande Vitória. Já nos anos 70, o Estado do Espírito Santo apresenta um saldo migratório negativo.

De 73/77, o saldo foi de 70.000 pessoas, o que significa que o Estado perdeu mais de 17.000 pessoas anualmente.

Reconhecendo-se que existem grandes diferenças sócio-econômicas entre a Grande Vitória e o interior do Estado, vale destacar as informações de 73/77 para essas duas unidades:

TABELA 3

| 1973 - 1977<br>(4 ANOS) | SALDO MIGRATÓRIO | CRESCIMENTO VEGETATIVO |
|-------------------------|------------------|------------------------|
| Grande Vitória          | + 36.700         | + 32.100               |
| Interior do Esp. Santo  | - 106.400        | + 94.700               |
| Total do Estado         | - 69.700         | + 126.800              |

Fonte: Artigos sobre Migrações - Revista ano II - nº 3 - FJSN

\*Migrações inter e intraestaduais

O quadro mostra que a Grande Vitória apresentou saldo positivo, equiparado, praticamente ao crescimento vegetativo. O interior do Estado ao contrário, expulsou mais habitantes do que observamos como crescimento vegetativo (índice de diminuição de 11.700 pessoas).

As recentes informações de P.S.E./77, indicam que Vila Velha e Cariacica absorveriam no período 73/77, 66% das imigrações da aglomeração, enquanto Vitória apenas 4% (Tabela II).

TABELA 4

| UNIDADES ESPACIAIS | SALDO<br>MIGRATÓRIO<br>73/77 | DISTRIBUIÇÃO<br>ESPACIAL | CRESCIMENTO<br>VEGETATIVO<br>73/77 | CRESCIMENTO<br>REAL<br>73/77 | DISTRIBUIÇÃO<br>ESPACIAL |
|--------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Vitória            | + 1.459                      | 4,0%                     | + 10.175                           | + 11.634                     | 16,9%                    |
| Vila Velha         | + 15.866                     | 43,3%                    | + 8.865                            | + 24.731                     | 36,0%                    |
| Cariacica          | + 8.186                      | 22,3%                    | + 9.075                            | + 17.261                     | 25,1%                    |
| Serra              | + 7.997                      | 21,8%                    | + 2.355                            | + 10.352                     | 15,0%                    |
| Viana              | + 3.143                      | 8,6%                     | + 1.670                            | + 4.813                      | 7,0%                     |
| Grande Vitória     | + 36.651                     | 100,0%                   | 32.140                             | 68.791                       | 100,0%                   |

Fonte: Documento 2 - Informações Básicas para o Planejamento Urbano - FJSN/79.

Vila Velha, recebeu nesse período, imigrações de todas as direções, a maioria do interior do Estado. Da Grande Vitória, Vila Velha recebeu, 2.785 pessoas de Vitória, e perdeu, 1.409 habitantes para os outros três municípios. Os migratórios do período 73/77 mostram a posição destacada de Vila Velha.

TABELA 5

| SALDOS MIGRATÓRIOS<br>73/77 | COM MUNICÍPIOS DA<br>GRANDE VITÓRIA | COM OUTRAS<br>MICRORREGIÕES - ES | COM OUTROS<br>ESTADOS |
|-----------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-----------------------|
| Vitória                     | - 5.333                             | + 4.414                          | + 2.378               |
| Vila Velha                  | + 1.376                             | + 11.947                         | + 2.543               |
| Cariacica                   | + 1.512                             | + 8.865                          | - 2.191               |
| Serra                       | + 1.541                             | + 4.277                          | + 2.179               |
| Viana                       | + 904                               | + 2.373                          | - 134                 |
| Grande Vitória - Total      | 0                                   | + 31.876                         | + 4.775               |

Fonte: Documento 2 - Informações Básicas para o Planejamento Urbano - FJSN/79.

Um fator de influência no crescimento populacional de Vila Velha, nos anos 70/77, foi a implantação de novos conjuntos habitacionais da COHAB/ES e INOCOOP/ES.

Entre os anos de 70/77, ocorreu na microrregião de Vitória, um acréscimo no número de domicílios de 30%, equivalente a 21.849 novas unidades. Deste total, observa-se que em Vila Velha neste mesmo período, foram construídas 7.700 novas unidades, o que equivale a dizer que este município contribuiu com cerca de 35% dos domicílios gerados na aglomeração.

Isto ocorre, basicamente por dois motivos. O primeiro deles está ligado a implementação oficial da política habitacional que carrou para o município cerca de 09 conjuntos habitacionais entre 70 e 77. Estes conjuntos projetados e implantados pela COHAB/ES e INOCOOP/ES, foram localizados em Vila Velha para diminuir a pressão populacional sobre Vitória. Com efeito, estes novos conjuntos habitacionais correspondem a 3.352 domicílios com uma população de 16.760 habitantes, em 1977. O segundo motivo foi a disponibilidade de terrenos livres, a preços acessíveis, o que favorecia também o fortalecimento da especulação imobiliária.

Em 1978, existiam 11 conjuntos habitacionais em Vila Velha, com cerca de 4.395 unidades habitacionais e 21.975 habitantes, o que pode ser verificado no quadro seguinte:

TABELA 6  
 CONJUNTOS HABITACIONAIS - VILA VELHA - 70/78

| ANO                | CONJUNTOS   | Nº UNIDADES        | Nº HABITANTES |        |
|--------------------|-------------|--------------------|---------------|--------|
| PERÍODO: 1970-1978 | COHAB/ES    |                    |               |        |
|                    |             | Itaparica I        | 112           | 560    |
|                    |             | Itaparica II       | 56            | 280    |
|                    |             | Santa Mônica I     | 305           | 1.525  |
|                    |             | Santa Mônica II    | 682           | 3.410  |
|                    |             | Boa Vista          | 427           | 2.135  |
|                    |             | Santos Dumont (78) | 780           | 3.900  |
|                    |             | Sub-total          | 2.362         | 11.810 |
|                    | INOCOOP/ES  |                    |               |        |
|                    |             | Guadalajara        | 209           | 1.045  |
|                    |             | Colorado           | 312           | 1.560  |
|                    |             | Asteca             | 344           | 1.720  |
|                    |             | Novo México        | 905           | 4.525  |
|                    |             | Guaranhuns (78)    | 263           | 1.315  |
|                    |             | Sub-total          | 2.033         | 10.165 |
|                    | Total geral | 4.395              | 21.975        |        |

A população urbana de Vila Velha, em 1970, era de 122.814 habitantes. Em 1979, ela foi elevada para 170.029 habitantes. O que equivale a dizer que obteve um acréscimo de 35.358 habitantes. Mantendo a mesma proporção constatada (2/3 entre o crescimento migratório e o crescimento vegetativo), do período de 73/77 para o período de 70/77, verifica-se que

as migrações contribuíram com aproximadamente 23.500 pessoas para o crescimento real da população urbana de Vila Velha, neste período (ver Tabela 3).

Vila Velha, é considerada portanto, o principal centro de atração migratória na microrregião de Vitória, com absorção de 43% dos contingentes.

A ocupação dos morros e mangues no centro e na periferia da aglomeração, a formação de favelas e bairros carentes é em boa parte uma consequência do êxodo rural, com as suas pressões sobre a demanda habitacional da Grande Vitória.

Este processo engendrou um maior empobrecimento do município de Vila Velha. Cerca de 63% da população do município, mora em favelas ou bairros carentes demandando serviços urbanos de toda espécie, não acontecendo em contra partida uma oferta equilibrada dos mesmos. A caracterização dessa população e desses assentamentos será discutida à seguir.

## 5.2. ASPECTOS FÍSICOS ATUAIS DOS ASSENTAMENTOS

---

### 5.2.1. IMPLANTAÇÃO

O tecido urbano no Município de Vila Velha ocupa, predominantemente, terrenos planos, com cota pouco superior ao nível do mar, atingindo uma superfície de cerca de 3.440 hectares, de forma descontínua, fazendo com que as maiores densidades fiquem por volta de 140hab/ha\*.

A parte do tecido urbano representada pelas áreas de favelas e bairros populares carentes, estimada em 549 hectares, representaria 16% da superfície total da mancha urbana e concentraria 63% da população estimada\*\* urbana, para 1979, seja 107.315 habitantes. Esta concentração parece confirmar-se pela densidade média (bruta) de ocupação destas áreas (195hab/ha) e pela média das densidades (brutas) calculadas para cada assentamento (292hab/ha), ambas superiores às mais elevadas densidades apuradas para o restante tecido urbano.

As densidades brutas, por assentamento, seriam:

---

|                    |                |
|--------------------|----------------|
| *Centro Vila Velha | 48 a 82hab/ha  |
| IBES               | 81 a 131hab/ha |
| Glória             | 119hab/ha      |
| Soteco             | 44 a 141hab/ha |
| Guadalajara        | 50hab/ha       |

(Parecer sobre o Seminário da *Proposta de Ordenamento Urbano do Município da Serra - Versão Preliminar*, por R.J. Schmidt, 12/10/79).

\*\*170.029 habitantes.

TABELA 7

|                               | HABITANTES | ÁREA (HA) | DENSIDADE BRUTA |
|-------------------------------|------------|-----------|-----------------|
| 1. Santa Rita/Alecrim         | 12.500     | 62,0      | 202h/ha         |
| 2. Divino Espírito Santo      | 2.500      | 14,8      | 169h/ha         |
| 3. Cobi de Cima               | 450        | 12,0      | 37h/ha          |
| 4. Cobi de Baixo              | 3.000      | 8,8       | 341h/ha         |
| 5. Bairro Marinho             | 6.500      | 9,0       | 722h/ha         |
| 6. Morro da Boa Vista         | 2.500      | 13,6      | 184h/ha         |
| 7. Rua do Lixo                | 650        | 6,4       | 102h/ha         |
| 8. Vale Encantado             | 13.000     | 77        | 169h/ha         |
| 9. Rio Marinho                | 10.000     | 51,2      | 195h/ha         |
| 10. Jardim Marilândia         | 10.000     | 90,8      | 110h/ha         |
| 11. Vila Garrido              | 10.000     | 46,8      | 214h/ha         |
| 12. Morro da Sagrada Família  | 1.000      | 7,6       | 132h/ha         |
| 13. Morro do Jaburuna         | 2.000      | 6,8       | 294h/ha         |
| 14. Ilha da Conceição         | 6.000      | 9,2       | 652h/ha         |
| 15. Morro da Bomba            | 2.500      | 4,0       | 625h/ha         |
| 16. Bairro Alvorada           | 10.000     | 47,6      | 210h/ha         |
| 17. Ilha dos Aires            | 900        | 15,6      | 58h/ha          |
| 18. Morro de Argolas          | 1.800      | 12,8      | 141h/ha         |
| 19. Colônia Itapoã            | 375        | 1,2       | 312h/ha         |
| 20. Favela dos Vicentinos     | 155        | 0,4       | 278h/ha         |
| 21. Ilha das Goiabeiras       | 1.000      | 3,2       | 312h/ha         |
| 22. Morro de Soteco           | 1.000      | 8,0       | 125h/ha         |
| 23. Beco dos Tocantins        | 700        | 1,5       | 467h/ha         |
| 24. Pedra dos Búzios          | 1.150      | 4,0       | 287h/ha         |
| 25. Conjunto Valdevino Vieira | 750        | 4,4       | 170h/ha         |
| 26. Capuaba                   | 1.300      | 6,8       | 191h/ha         |
| 27. Bairro N.S. da Penha      | 200        | 3,2       | 62h/ha          |
| 28. São Vicente               | 1.300      | 8,0       | 162h/ha         |
| 29. Baixada do Jaburuna       | 2.000      | 8,0       | 250h/ha         |
| 30. Rua do Canal              | 650        | 3,2       | 203h/ha         |
| 31. Contestado 1              | 575        | 0,3       | 1.917h/ha       |
| 32. Contestado 2              | 300        | 3,2       | 94h/ha          |
| 33. Contestado 3              | 560        | 4,0       | 140h/ha         |
| TOTAL                         | 107.315    | 549       | 555,4           |

LATEIRÃO

Para a estimativa da população residente, considerou-se a média de 5hab/domicílio\*\*, e o número estimado de domicílios 21.463.

As áreas foram tomadas com o planímetro sobre mapa 1/20.000.

Apesar de densidades da ordem de 250hab/ha serem consideradas excelentes para zonas urbanas, deve-se notar que a taxa de ocupação do solo muito elevada, anula todos os espaços de circulação e para a implantação de equipamentos, como acontece nas favelas e bairros populares carentes do município, que atingem esta densidade sempre horizontalmente.

Um exemplo prático pode ser tomado a partir do segmento Contestado I, o de maior densidade estimada, onde, se considerarmos a média de 30m<sup>2</sup> por moradia e o número de casas (115) atingiremos somente em área edificada 3.450m<sup>2</sup>, sendo a área do segmento de cerca de 3.000m<sup>2</sup>. Daí, pode-se avaliar a elevada taxa de ocupação do solo e a luta pelo espaço, mesmo com área média/residência inferior à considerada.

#### 5.2.2. AS HABITAÇÕES E OS TERRENOS

No período 70/77, a população urbana de Vila Velha sofreu um crescimento real de 35.358 habitantes.

No período 73/77, a proporção entre o crescimento vegetativo e o saldo migratório foi de, aproximadamente 2/3, caracterizando-se Vila Velha como principal centro de atração migratória na Grande Vitória, absorvendo 43% dos contingentes\*.

---

\*\*Pesquisa Complementar por Amostragem, 1979.

\*Informações Básicas para o Planejamento Urbano, Documento 2, Agosto, 1979, FJSN.

Mantendo-se esta proporção, por hipótese, poder-se-ia atribuir à imigração um crescimento da ordem de 23.500 habitantes no período 70/77. Esta população, respeitada a média de 5hab/domicílio\*\*, necessitaria de cerca de 4.700 domicílios para seu abrigo.

De 1970 a 1977, o mais alto índice de construção de barracos da Grande Vitória pertenceu a Vila Velha e Cariacica onde, para um acréscimo de 14,3% do número de habitações duráveis, correspondeu um salto de 79,4% no número de barracos. Somente em Vila Velha, este acréscimo foi de 44%, representado pela construção de 3.320 novos barracos, 33% do crescimento total de barracos da Grande Vitória.

TABELA 8

|                | CRESCIMENTO 70/77 | 1977   |
|----------------|-------------------|--------|
| Vila Velha     |                   |        |
| Barracos       | + 3.320           | 10.865 |
| Grande Vitória | + 10.001          | 32.175 |
| Barracos       |                   |        |

Tais dados permitem a suposição de que a imigração é responsável pela maior parte dos barracos surgidos em Vila Velha de 1970/77.

Em 1979, considerando-se a média encontrada de 76% de barracos de madeira por área visitada, pode-se estimar em 16.000 o número de barracos no município, o que significaria um acréscimo de 45% à estimativa de 1977.

\*\*Pesquisa Complementar por Amostragem, 1979, FJSN.

65%\* da população das áreas carentes vivem em casas de até 3 cômodos\*, situando-se a casa, média entre os 20/50m<sup>2</sup>.

Em 82% dos bairros visitados predominam as casas próprias, que seriam 76%\* dos imóveis estimados. Por outro lado, 94% dos bairros apresentam problemas com documentação dos terrenos e 86%\* dos que possuem casa própria têm do terreno apenas documentos precários (40%) ou nenhuma documentação (60%). Apenas 14%\* dos proprietários de casa possuiriam escritura dos terrenos que ocupam. A situação se resume pelo quadro abaixo:

#### VILA VELHA - FAVELAS E BAIRROS POPULARES CARENTES

|                                                                               |        |
|-------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Total de imóveis estimado .....                                               | 21.463 |
| Casas próprias .....                                                          | 16.312 |
| Casas próprias em terreno sem documentação ou com documentação precária ..... | 14.028 |
| Casas próprias em terreno com escritura .....                                 | 2.284  |
| Casas alugadas e outras situações .....                                       | 5.151  |

Entre os 14% que comprovam a propriedade estão aqueles que:

1. Receberam a terra da prefeitura como doação;
2. Receberam a terra de particulares como doação;
3. Compraram de particulares seu terreno.

Entre os 86% que não comprovam a propriedade estão os que:

|                                                                 |       |
|-----------------------------------------------------------------|-------|
| 1. Ocupam terrenos da União .....                               | 612   |
| 2. Ocupam terrenos de particulares .....                        | 816   |
| 3. Ocupam terrenos da Prefeitura Municipal de Vila Velha .....  | 4.078 |
| 4. Ocupam terrenos emprest. ou vendidos p/particulares .....    | 408   |
| 5. Ocupam terrenos comprados de particulares s/documentação ... | 1.020 |
| 6. Ocupam terrenos comprados de outros posseiros .....          | 7.136 |

---

\*Pesquisa Complementar por Amostragem, 1979.

### 5.2.3. SERVIÇOS BÁSICOS

#### - ÁGUA

Cerca de 19%\* da área levantada não estão servidos por rede de abastecimento de água, sendo que 35,9% dos locais queixam-se de não contar com fornecimento regular, mesmo quando atingidos pela rede. 85% dos locais visitados não contam com torneiras públicas ou chafarizes. 70% revelam não contar com fontes alternativas de abastecimento como poços ou fontes.

Estes resultados parecem indicar a necessidade de medidas de expansão e verificação de dimensionamento das redes existentes, assim como a instalação de um maior número de torneiras públicas e de bombas de recalque destinadas ao suprimento dos morros.

Os problemas relacionados com o abastecimento de água concentram-se sobretudo em:

Santa Rita e Alecrim, Divino Espírito Santo, Bairro Marinho, Rio Marinho, Morro da Sagrada Família, Colônia Itapoã, Contestado 2, Favela dos Vicentinos, Ilha das Goiabeiras, Beco do Tocantins e Capuaba.

#### - ESGOTOS

Os problemas de esgoto, coleta de lixo e drenagem estão interligados e assumem grande importância na topografia pouco acidentada do município, que é propícia às inundações periódicas causadas por coincidência de

---

\*Considerou-se fornecimento regular de água, qualquer ritmo regular de abastecimento, mesmo com dias de intervalo.

marés e chuvas torrenciais ou por entupimento de canais.

Abordando inicialmente a questão dos esgotos, cumpre assinalar que 44% dos locais visitados apresenta não possuir qualquer solução de recolhimento dos esgotos, mesmo fossas ou redes locais, jazendo os efluentes em valas estagnadas, ou correndo livremente sobre o solo. Este quadro se aplica, sobretudo, a locais como:

Santa Rita e Alecrim, Cobi de Baixo, Vila Garrido, Ilha da Conceição, Alvorada, Ilha dos Aires, Ilha das Goiabeiras, Pedra dos Búzios, Conjunto Valdevino Vieira, Capuaba, Nossa Senhora da Penha, Baixada do Jaburuna e Contestado 2.

#### - COLETA DE LIXO

É uma área que se revela particularmente carente, faltando o serviço a 90% dos bairros. É diretamente relacionada com o entupimento das valas e canais de escoamento das águas servidas, agravando as enchentes nas áreas alagáveis como:

Bairro Marinho, Rua do Lixo, Jardim Marilândia, Ilha dos Aires, Conjunto Valdevino Vieira, Capuaba, Nossa Senhora da Penha, Baixada do Jaburuna, Rua do Canal, Contestado 1, Contestado 2 e Contestado 3.

#### - VIAS DE CIRCULAÇÃO

60% da área total visitada só podem ser atingidos por caminhos de pedestres, geralmente em mau estado, tornando-se penosos com mau tempo.

#### - ENERGIA ELÉTRICA

81% das unidades domiciliares estão ligadas à rede elétrica e, 68% das áreas possuem iluminação pública, revelando-se um setor bem dotado dos serviços básicos.

#### - POLICIAMENTO

Apesar de cerca de 58% dos locais ficarem na proximidade de delegacias, sub-delegacias ou outros postos policiais, 90% dos bairros alega não ter policiamento, em geral por falta de contingente nas delegacias.

#### - TRANSPORTE COLETIVO

67% das localidades se declaram mal servidas de transporte coletivo, sobretudo por problemas de frequência e superlotação.

#### - LAZER

A própria densidade das áreas carentes já inviabiliza a existência de áreas de lazer espaçosas, contudo, 54% dos bairros declaram dispor de área suficiente para praticar esporte, sobretudo, o futebol de rua.

Os elementos de lazer são, na ordem crescente de sua importância:

1. Rádio
2. Televisão
3. Conversas em rodas de bar
4. Futebol de rua ou transmissão esportiva
5. Praia

- SAÚDE

Os problemas de coleta de esgotos, de lixo e drenagem, associados ao baixo poder aquisitivo da população, fazem surgir doenças frequentes relacionadas com a má condição higiênica\*:

|                       |        |
|-----------------------|--------|
| Verminoses, diarréias | 10,63% |
| Doenças da pele       | 8,65%  |
| E com a desnutrição:  |        |
| Anemias               | 28,14% |
| Doenças nervosas      | 11,53% |
| Avitaminoses          | 8,11%  |

Contra 33% de outras doenças citadas.

O percentual de mortalidade nas famílias é de cerca de 25% para todas as idades e de 18% na faixa de 0-1 ano de vida. As maiores causas de mortalidade infantil, são:

|                     |       |
|---------------------|-------|
| Aborto e parto      | 57%   |
| Desidratação        | ] 43% |
| Pneumonia           |       |
| Anemia              |       |
| Meningite           |       |
| Doenças infecciosas |       |
| outras              |       |

60% das localidades possuem posto de saúde na sua proximidade, mas em 73% dos casos, o atendimento é deficiente pela superlotação ou pela falta de recursos materiais e, em 54% dos casos não há alternativa próxima.

---

\*Pesquisa Complementar por Amostragem, 1979.

- EDUCAÇÃO

85% dos bairros considerados, possuem escola de 1º Grau na sua proximidade, geralmente com as quatro primeiras séries; 27%, além da escola de 1º Grau, contam com estabelecimento de 2º Grau; 73% estão na vizinhança de cursos de alfabetização de adultos.

Entre os 19,38% que estudam\*:

- 17,55% frequentam o 1º Grau;
- 1,65% frequentam o 2º Grau;
- 0,18% frequentam cursos profissionalizantes.

Entre os 80,62% que não estudam\*:

- 37,11% pararam de estudar;
- 19,01% são analfabetos;
- 24,05% são menores de 7 anos.

Entre aqueles que interromperam os estudos\*:

- 6,40% estão na faixa de até 13 anos;
- 54,68% estão na faixa de 14-25 anos;
- 38,92% estão na faixa de mais de 24 anos.

---

\*Pesquisa Complementar por Amostragem, 1979.

## 5.3.

## MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

*- Melhoria das vias de circulação*

Reclamadas por cerca de 82% dos locais, observando-se que, 59% da área total visitada só conta com vias de pedestres, o que confirma a justiça da prioridade destacada pela população.

*- Solução para a coleta de esgotos*

Com 73% de solicitações, observando-se cerca de 44% da área visitada com soluções muito precárias ou inexistentes neste aspecto.

*- Drenagem e saneamento*

Questões fortemente relacionadas com a coleta de lixo e a obstrução de valas e canais, contaram com 55% das reivindicações, sendo que em 91% dos locais visitados não se verificou a existência de serviço de coleta de lixo e, 54% das áreas são alagáveis ou alagadas.

*- Policiamento*

Solicitado em 33% dos bairros visitados, sendo que 42% não contam com posto policial próximo, e a quase totalidade (91%) não conhece policiamento ostensivo.

*- Abastecimento de água*

Reclamado por 27% da área, observando-se que apesar de a maioria possuir a rede de abastecimento, 36% têm fornecimento irregular.

*- Telefones públicos*

Solicitados em 21% dos bairros.

- *Rede elétrica domiciliar*

Reclamada por 18% dos locais, sendo observado que 19% da área não contam com ligações domiciliares, em média.

- *Escola*

Reivindicação de 18% dos bairros, contra 15% de locais observados sem ao menos estabelecimento de 1º Grau nas proximidades.

- *Iluminação pública*

Problema imediato de 15% dos bairros e constatado em 32% da área percorrida.

- *Legalização da posse de terrenos*

Reivindicada por 15% dos bairros, sendo que cerca de 94% da área visitada apresenta casos de terrenos sem documentação ou com documentos precários.

- *Transporte coletivo*

Citado como problema imediato por 15% dos bairros, apesar de 67% dos locais se declararem mal servidos.

A distribuição espacial das reivindicações e problemas pode ser verificada na *Matriz de Situação Atual* (Anexo 1).

A pesquisa complementar por amostragem indica a reação dos moradores face aos problemas de seu bairro:

|                            |        |
|----------------------------|--------|
| Não procuram resolver:     | 67,62% |
| Reclamaram em grupo        | 38,24% |
| Reclamaram individualmente | 23,53% |

|                                            |        |
|--------------------------------------------|--------|
| Reclamaram em grupo e isoladamente         | 20,59% |
| Procuraram resolver por iniciativa própria | 14,71% |

Este procedimento geral indica uma fraca organização comunitária dos habitantes das favelas e bairros populares carentes. Com efeito, 73,33% das pessoas contactadas não participam de qualquer organização de bairro, apesar de 40% residirem há mais de 8 anos no local.

A frequência com que se observou a existência de organizações e associações de moradores nos bairros, pode ser verificada na Matriz de Situação Atual (Anexo 1).

Outros dados relativos à religião e às influências políticas locais, podem ser encontrados nos relatórios específicos para cada assentamento observado (Anexo 4).

## 5.4. A SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS BAIRROS CARENTES

### 5.4.1. A SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO

Na economia urbana de um país que adotou um modelo de desenvolvimento capitalista dependente como o Brasil, ocorre necessariamente, uma divisão do espaço urbano que gera atividades especializadas, complementares e necessárias ao processo de acumulação de capital.

Isto ocorre como uma forma de reprodução a nível de regiões e cidades das características globais do sistema como um todo, que reforçam os seus laços de interdependência.

Desta forma, é necessário ao processo desenvolvimentista gerado, que, algumas regiões do país sejam industrializadas, consumidoras de matérias-primas, absorvedoras de mão-de-obra e que outras regiões sejam fornecedoras de mão-de-obra, matéria-prima e consumidoras de produtos industrializados.

Esta especialização de funções se dá via uma transferência de renda das áreas mais pobres para as regiões desenvolvidas, com quase sempre a maior parcela dos benefícios sendo absorvidos por estas últimas.

Este mesmo processo de transferência e apropriação de riqueza que ocorre a nível internacional e nacional, se dá a nível regional e local, guardadas, evidentemente, as diferentes proporções em termos de volume e níveis de troca. Assim é que, a influência exercida pela região da Grande Vitória sobre o interior do Espírito Santo, em que as melhores

condições de urbanização e a concentração dos serviços privilegia a microrregião, se repete em relação aos municípios da Grande Vitória com a Capital (Vitória) diretamente.

Pelo próprio processo de crescimento acelerado da aglomeração, o Município de Vila Velha aparece como um centro secundário dependente em relação à Capital, e fornecedora de boa parte da mão-de-obra empregada, caracterizando-se como uma cidade *dormitório* de menor porte.

Como toda cidade, Vila Velha vive seu ciclo operacional urbano voltado para as atividades terciárias, basicamente do comércio e da distribuição de bens de consumo, além das atividades político-administrativas e da prestação de serviços. Não é uma cidade industrializada, possuindo muito poucas indústrias que tenham peso maior na economia estadual, excetuando-se apenas as do setor alimentício, que representam uma das fontes seguras de arrecadação do município. Faz-se esta constatação, quando verificamos o quadro abaixo, a participação da mão-de-obra ativa - acima de 10 anos de idade - nos diversos setores ocupacionais:

#### VILA VELHA - POPULAÇÃO ATIVA POR RAMO DE ATIVIDADE

|              |       |
|--------------|-------|
| Agropecuária | 2,3%  |
| Industrial   | 18,8% |
| Comercial    | 20,0% |
| Serviços     | 35,0% |
| Adm. Pública | 14,8% |

Fonte: PSE-Documento 5 - Quadro 5.2.1.

Caracteristicamente reconhecida como uma cidade com insuficiência de recursos para fazer frente às necessidades da expansão urbana e sem alternativas mais intensivas de incorporação da mão-de-obra, que não o comércio e a prestação de serviços, Vila Velha vê crescer, progressivamente o seu contingente populacional.

Em 1978, a participação da população em Vila Velha no conjunto da população da microrregião era 31%; em 77, 32,5% e em 79, 32,6%. Este acréscimo está ligado ao processo de transferência da população do interior do Estado para Vitória e desta para Vila Velha, definindo Vila Velha como reserva de mão-de-obra para a aglomeração.

TABELA 9  
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE VILA VELHA EM RELAÇÃO A AGLOMERAÇÃO

| ANOS \ ÁREAS     | 70      | 77      | 79*     |
|------------------|---------|---------|---------|
| Grande Vitória   | 391.153 | 488.660 | 520.434 |
| Vila Velha       | 124.731 | 159.157 | 170.029 |
| Part. Percentual | 31,8%   | 32,5%   | 32,7%   |

Segundo levantamento de dados derivados do Censo Escolar 77\*\*, cerca de 43,3% da população que se dirigiu para a Grande Vitória entre 73/77, foi localizar-se em Vila Velha, destacando-se a alta participação do município, absorvendo a maior parte do fluxo imigratório. Agregado a este fator, temos também que 63% da população residente no município são procedentes de outros municípios do interior do Estado e de outros Estados.

Esta pressão sobre o município, decorrente da saturação de Vitória em termos de espaço e da existência de muitas áreas vazias em Vila Velha, é um dos motivos para que hoje esta área sofra um intenso processo especulativo e, conseqüentemente, uma má distribuição da ocupação do espaço do município e que segrega em áreas desprovidas de serviços básicos, boa parte da população carente ou de baixa renda.

\*Projeção População a Taxa Geométrica de Crescimento de 3,9% ao ano.  
Fonte: PSE - Censo Escolar/77 - Documento 1  
Estrutura Demográfica do Espírito Santo - FJSN

\*\*Informações Básicas para o Planejamento Urbano - Doc.2 - FJSN/79.

A não geração de empregos e a concentração de população migrante in-  
fluíram na estrutura de renda da população ativa do município como um to-  
do. Assim, temos que para uma população de 159.157 habitantes em 77,  
Vila Velha apresenta uma população ativa de 118.778 pessoas (PSE - Docu-  
mento 5), para qual corresponde 21% percebendo menos de 1 até 2 salá-  
rios mínimos e, cerca de 35% até 5 salários mínimos. Nesta população  
ativa inclui-se as crianças de 10 a 14 anos que representam 25% da po-  
pulação total.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM VILA VELHA - ACIMA DE 10 ANOS DE IDADE  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR FAIXA DE SALÁRIO

|           |                         |
|-----------|-------------------------|
| De 1/4    | à 1 SM = 10.589 - 8,9%  |
| De 1      | à 2 SM = 14.161 - 11,9% |
| De 2      | à 5 SM = 17.329 - 14,5% |
| Mais de   | 5 SM = 11.335 - 9,5%    |
| Sem renda | = 64.034 - 53,9%        |
| Total     | 118.778 - 100,0%        |

\*SM - Salário Mínimo.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR FAIXA DE SALÁRIO

|                 |
|-----------------|
| Até 1 SM - 4,4% |
| 1. 2 SM - 12,5% |
| 2. 5 SM - 32,6% |

Concluindo, temos que mais da metade da população de Vila Velha como  
um todo, cuja grande maioria é empregada fora do município está perce-  
bendo até 5 salários mínimos. Esta situação se irá agravar ainda mais,  
quando localizamos somente a população residente nos bairros carentes  
do município.

#### 5.4.2. SITUAÇÃO NAS FAVELAS E BAIRROS POPULARES CARENTES

Da população total de Vila Velha, em 1979, cerca de 63% vive atualmente em áreas carentes, onde predominam as sub-habitações e a escassez de serviços já citada no presente trabalho. São cerca de 107.315 pessoas das quais cerca de 56,53% percebem até 1 salário mínimo, considerando-se tão somente a renda dos chefes de família entrevistados. Quando localizamos a renda familiar, o resultado é que cerca de 80% das famílias residentes nas áreas carentes percebem até 3 salários mínimos.

Este crescimento de Vila Velha revela em outras palavras, um agravamento das condições econômicas, pois na cidade como um todo, a desigualdade na repartição da renda está se refletindo em diferentes níveis de consumo, não somente individual mas também coletivo. A escassez de serviços básicos referentes a esta população é reflexo do baixo nível de rendimento e da inacessibilidade deste segmento populacional aos benefícios da urbanização. Embora possamos dizer que Vila Velha como todo apresenta deficiências gritantes em termos de infra-estrutura, ou seja, a escassez de serviços abrange a cidade na sua totalidade, não podemos deixar de reconhecer que esta escassez é mais inteiramente sofrida pelos que tem pouco dinheiro e que consomem sua míngua renda com alimentação e transporte, não sobrando recursos para dispêndios com moradia, lazer ou vestuário como prevê a Constituição Federal.

Por este quadro, denotamos que quanto maior é essa escassez - no caso, de Vila Velha, ela tende a crescer - maior também é a privação dos mais pobres.

A participação dos gastos com a reprodução da força de trabalho, nos dá uma idéia do nível de carência a que estão submetidas tais famílias.

Assim, temos que em média nos bairros carentes visitados, cerca de 69% dos rendimentos são gastos com alimentação, existindo cerca de 15,24% das famílias em que o gasto com alimentação é superior à renda.

As famílias que comprometem maior percentual da renda com alimentação, são as que ganham até 2 salários mínimos, pois que destes um total de 70%, gastam mais do que recebem. Isto se torna compreensível, pois que se quase 70% do rendimento vai para alimentos, como fazer frente a outras despesas necessárias a sobrevivência, senão endividando-se mais e mais ou suprimindo do orçamento, a roupa para os filhos, a escola, os remédios, etc.

Se o salário mínimo não é estipulado sobre as necessidades mínima de sobrevivência do trabalhador e sua família, não resta outra alternativa senão incorporar mais cedo ao trabalho as crianças com mais de 10 anos e, a mulher e o homem submeter-se a mais horas de trabalho.

A situação dos moradores da periferia de Vila Velha demonstra o quanto estão se tornando agudas e insuportáveis as condições de vida da maioria pobre dos habitantes do município.

A ocupação da população ativa destes bairros, indica a mesma tendência observada para o município, ou seja, a maior parte das pessoas está no setor terciário. Da população total das áreas carentes, cerca de 30% representam população regularmente ativa, e que está assim distribuída:

- 36% - prestação de serviços
- 24% - indústria
- 20% - biscates da construção civil
- 14% - comércio
- 2% - encostados
- 0,6% - agricultura

As maiores concentrações nos diversos setores indicam que 72% estão no setor terciário da economia urbana, ocupando em 35% o chamado mercado informal, com atividades como biscates, lavagem de roupas, cultivo de pequenas hortas, empregos domésticos, vendedores ambulantes, etc.

Segundo a matriz geral dos bairros de Vila Velha, em cerca de 80% dos bairros consultados, as pessoas com carteira assinada, indicaram que trabalham na indústria. Isto se dá por que a participação do emprego formal, considerado aquele com vínculo empregatício é mais eminente em firmas industriais do que em atividades comerciais. Concluiu-se nas observações realizadas (vide relatórios por bairros), que a maioria dos empregos no setor de comércio e prestação de serviços seriam exercidos sem vínculo empregatício, caracterizando-se uma ocupação formal com predominância de relações informais de trabalho e produção. Assim é que em 33% dos bairros visitados, as pessoas declararam emprego formal nas atividades terciárias.

O fato da população residente em áreas carentes se concentrar em tais atividades explica-se pelo fato de que são estas atividades as que menos remuneram o trabalho e que exigem menor qualificação.

Entretanto, tal fato não é a causa determinante do baixo nível de salário, pois tanto a concentração em tais atividades, com a baixa qualificação do trabalho, derivadas da característica principal da população do município como migrante, estão vinculadas a incapacidade dos centros urbanos como Vitória e Vila Velha de incorporarem com uma oferta adequada, a demanda crescente de trabalho gerado pelo aumento populacional. O elevado crescimento demográfico da aglomeração tem ampliado a oferta de mão-de-obra, porém, a forma como está organizada a produção na sociedade não permite a absorção da força de trabalho não treinada pelos diversos setores do mercado, uns mais exigentes, outros menos sofisticados, mas limitados, o que deixa grandes parcelas da mão-de-obra em empregos instáveis ou inteiramente marginalizadas.

Nesta situação e, pressionado pelas próprias condições inerentes ao modelo de desenvolvimento, não resta alternativa a esta parcela carente que localiza-se nos estratos menos produtivos do setor terciário.

É nesse contexto que a população de Vila Velha se insere. A causa da marginalidade urbana está ligado a forma como se desenvolve o modelo de produção e este quadro revela que tanto a nível do município, como a nível das áreas carentes, são necessárias as medidas alternativas que localizem uma diversificação das atividades produtivas para corrigir a distorção hoje verificada.

O crescimento populacional da Grande Vitória, está se localizando ao sul da aglomeração, enquanto que os poucos empregos gerados continuam se concentrando na capital e ao norte, na área de Carapina e Serra. Esta distorção obriga ainda mais a população carente do município a se deslocar em busca de trabalho, o que sobrecarrega ainda mais os gastos com condução, causando também aí, o problema do tráfego ao nível da conurbação. A nível de bairros carentes é possível desenvolver atividades que apoiem e estimulem o crescimento de pequenas indústrias e oficinas de prestação de serviços que necessitam de uma certa marginalidade fiscal para sobreviver. Sem enfatizar o econômico e atuar na estrutura da renda destas populações, muito pouco poderá se fazer nas melhorias das condições de vida.

Esta dedução está vinculada a constatação efetuada de que em 60% dos bairros visitados, existem micro unidades de produção que empregam de 1 a 3 pessoas que utilizando-se de uma tecnologia de fácil assimilação e não requerendo grandes investimentos, se incentivados, poderão aumentar o nível de renda e emprego desta população. Além destas unidades de produção como prova de que tais atividades tem um papel no contexto urbano, predominam em 100% dos segmentos, atividades de pequeno comércio e oficinas de prestação de serviços (57%), que devem ser igualmente incentivadas.

A estocagem de terras com o intuito de beneficiar-se dos melhoramentos do Poder Público, induziu em muitos casos a que o crescente número de pessoas que se dirigem ao município procedessem ao uso da invasão de terras particulares, o que provoca hoje no município, questões judiciais de despejo, quase que diariamente.

Neste caso, é importante ressaltar a responsabilidade das autoridades locais no sentido de assegurar o princípio constitucional da finalidade social da propriedade\*, reservando e realizando ações de desapropriação em áreas litigiosas como forma de garantir o local de moradia a estas populações.

Esta proposição está vinculada ao fato de que uma das causas imediatas e incisivas da repartição desigual dos *bens coletivos*, tanto em Vila Velha como em outras cidades, é a especulação com o solo urbano.

A apropriação privada do solo urbano gera um mercado no qual a acessibilidade aos serviços têm um preço ao qual se vincula diretamente o valor dos imóveis, o que marginaliza dos benefícios da urbanização grande parcela da população.

Por mais escassos que estes serviços sejam e por poucos e reduzidos que sejam os recursos disponíveis, o atendimento às necessidades urbanas das populações carentes deve ocupar o primeiro espaço na dotação orçamentária municipal.

---

\*Artigo 160, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, com reforma da Emenda Constitucional nº 1 - 17/10/69.

6. .... PROPOSIÇÕES

---

## 6.1. FILOSOFIA DE INTERVENÇÃO

---

Nossa postura diante da habitação procura ver antes do abrigo físico todo o conjunto de serviços indispensáveis à sobrevivência digna. O povo, pela sua própria expressão coloca como prioritários, problemas de infra-estrutura que afetam mais gravemente seu dia-a-dia, e para cuja solução geralmente não possui um canal eficaz de reivindicação.

Toda iniciativa de intervenção deve estar centrada no provimento de serviços básicos e em medidas econômicas (estímulo do trabalho informal, organização e microempreendimentos e comunidades, assistências técnica e gerencial) capazes de provocar a promoção social via melhoria da renda.

Este tipo de ação produz reflexo imediato no abrigo quando a garantia da posse da terra também fica assegurada. No dizer de Turner *"os cuidados pessoais e o investimento de economias na construção de uma casa dependem da garantia de posse, da certeza de poder habitá-la o tempo que for necessário e de poder mudar-se para outra mais adequada sem perder dinheiro"*.

Estas condições nos levam a defender a permanência das pessoas nos locais que habitam pela regularização da ocupação da terra como premissa de qualquer movimentação na área da habitação popular, e pela participação das populares na elaboração de planos e na sua implementação.

A regularização dos terrenos porém, não pode se limitar ao parcelamento e escrituração de lotes, convite franco à especulação imobiliária pela compra dos terrenos, com a valorização, por camadas economicamente mais

dotadas. A criação de zonas sob legislação especial, com código flexível de edificações cuja alienação do solo seja vedada, assim como a locação e a posse simultânea de dois ou mais imóveis poderia coibir o avanço dos especuladores.

## 6.2. ASPECTOS MAIS PREMENTES

---

Segundo a reivindicação popular apurada na matriz de situação geral, os aspectos que apresentam problemas mais prementes são, pela ordem:

1. O saneamento (esgotos, coleta de lixo, aterros, drenagem)
2. As vias de circulação interna
3. A segurança
4. A água
5. Os telefones públicos
6. A escola (sobretudo de 1º Grau) e a rede elétrica
7. O transporte coletivo, a legalização dos terrenos, a iluminação pública.

Extraíndo desta série os quatro primeiros, denominamos a este conjunto *Aspectos mais Prementes, Segundo a Reivindicação Popular*.

Note-se a importância das medidas na área do saneamento evidenciada nesta série de aspectos destacados pela população.

## 6.3.

## DESTAQUES NA MATRIZ DE SITUAÇÃO GERAL

Examinando os dados recolhidos pela equipe, notou-se a evidência de certos pontos não enfatizados nas reivindicações populares. Tais itens são:

1. Grande evidência de desemprego
2. Grande incidência de terrenos com documentação precária ou inexistente
3. Grande clamor contra o serviço de transporte coletivo
4. Fortes sinais de deficiência no atendimento médico e poucas alternativas próximas para este serviço
5. Carência de estabelecimentos de ensino de 2º Grau.

A ausência destes pontos, respeitada na colocação das proposições, deve-se, evidentemente, à dificuldade de diagnóstico experimentada pelos populares que têm uma visão fragmentada do quadro geral, limitados que estão aos problemas imediatos de sua vizinhança nos seus aspectos mais contundentes.

A ênfase conferida pela população à segurança pública, por exemplo, está naturalmente relacionada ao fenômeno do desemprego constatado em quase todos os locais, o qual sugere medidas econômicas para sua solução e não reforço do potencial repressivo como pode transparecer à primeira vista, o que seria inútil e dispendioso.

## 6.4.

## TIPOS DE INTERVENÇÃO - CONSIDERAÇÕES

1. *Intervenção global em todos os locais nos aspectos mais prementes, segundo a ordem de prioridade apurada na matriz.*

Seria a colocação ideal e de maior repercussão social, mas também a mais dispendiosa. Significaria atuar em 33 locais, sanando problemas de saneamento básico, vias de circulação, segurança pública e abastecimento de água, cada qual envolvendo projetos específicos.

2. *Intervenção global em todos os locais no aspecto geral de saneamento, com ênfase para o recolhimento dos esgotos.*

De grande alcance social, esta postura viria na direção mais enfatizada pelo apelo popular, tendo a vantagem de centralizar estudos e recursos numa só área e de se tratar de uma intervenção menos dispendiosa (apesar de envolver recursos importantes) se comparada com a primeira hipótese. Contaria inclusive com recursos de um plano nacional de saneamento já na década de 80.

3. *Intervenção nos aspectos mais prementes, limitada geograficamente aos seis primeiros bairros apurados na matriz de prioridades, mas atingindo 61% da população carente estimada.*

Significaria intervir nos aspectos já listados, nos bairros: Santa Rita/Alecrim, Rio Marinho, Alvorada, Jardim Marilândia, Vila Garrido e Vale Encantado, numa ação muito semelhante à tratada na primeira hipótese, apenas com uma dimensão mais restrita.

4. *Intervenção nos locais globalmente mais carentes nos seus aspectos mais prementes, atingindo 12% da população carente estimada.*

Na classificação dos bairros por prioridade, considerou-se sempre os mais populosos em primeiro plano, afetando-se a somatória dos pe

dos dos diversos aspectos de carência do fator população. Considerando-se apenas a somatória dos pesos já citada, sem relacionamento com a população, obtem-se a classificação por carência global. Sob este enfoque, os locais que somam acima de 40 pontos na matriz de prioridades são:

do-se apenas a somatória dos pesos já citada, sem relacionamento com a população, obtem-se a classificação por carência global. Sob este enfoque, os locais que somam acima de 40 pontos na matriz de prioridades são:

TABELA 10

| BAIRRO OU SEGMENTO   | ASPECTOS-PROBLEMA                                                                                                                                                          |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Capuaba           | Drenagem<br>Vias de Circulação<br>Esgotos<br>Iluminação Pública<br>Transporte Coletivo<br>Escola de 1º Grau<br>Atendimento Médico<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego |
| 2. Colônia Itapoã    | Água<br>Energia Elétrica<br>Transporte Coletivo<br>Escola de 1º Grau<br>Atendimento Médico<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego                                        |
| 3. Beco do Tocantins | Água<br>Energia Elétrica<br>Transporte Coletivo<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego                                        |

Cont. TABELA 10

| BAIRRO OU SEGMENTO        | ASPECTOS-PROBLEMA                                                                                                                                          |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4. Nossa Senhora da Penha | Drenagem<br>Esgotos<br>Iluminação Pública<br>Transporte Coletivo<br>Escola de 1º Grau<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Emprego                |
| 5. Sagrada Família        | Vias de Circulação<br>Água<br>Transporte Coletivo<br>Escola de 1º Grau<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego |
| 6. Pedra dos Búzios       | Drenagem<br>Esgotos<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego                                                    |
| 7. Morro da Boa Vista     | Vias de Circulação<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Regularização dos terrenos<br>Emprego                                                     |

Cont. TABELA 10

| BAIRRO OU SEGMENTO   | ASPECTOS-PROBLEMA                                                                                                  |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 8. Ilha da Conceição | Esgotos<br>Transporte Coletivo<br>Atendimento Médico<br>Segurança Pública<br>Regularização dos Terrenos<br>Emprego |

A própria limitação da intervenção é sua maior deficiência, envolvendo um grande número de estudos diferentes para atender apenas 12% da população afetada. Não determinando mudança significativa na situação global do município.

Dentre os tipos de intervenção considerados, parece-nos mais indicada por ser a mais oportuna, objetiva, e vir de encontro à grande maioria das reivindicações populares, a intervenção geral no aspecto do saneamento.

Esta medida, se coordenada com uma ação mais ampla em termos do próprio município (todo ele com problemas do gênero) com recursos do Planasa, viria a modificar profundamente o panorama atual.

No que toca a população carente, cujos recursos são escassos e totalmente comprometidos com a sobrevivência, tratando-se de ações que envolvam financiamentos com recursos do BNH, contrapartidas locais e retornos fi

nanceiros, seria interessante localizar uma fonte de recursos capaz de retirar o ônus correspondente a estas camadas desprovidas.

Tal fonte poderia ser o próprio lixo do município, se submetido à compostagem e comercialização. O produto da mineralização do lixo orgânico, vendido a varejo e atacado, poderia ser utilizado como adubo orgânico e gerar recursos para outras medidas de saneamento, sobretudo em áreas que não sejam capazes de arcar com os custos de tais obras.

Um diagnóstico, após ausculta das reivindicações da população é um instrumento capaz de orientar o comprometimento dos recursos públicos em ações representativas do interesse dos cidadãos, representa uma oportunidade para o político agir em sintonia com o interesse de seus representados, tarefa muitas vezes difícil sem o levantamento das reivindicações populares. Nossa intenção foi gerar este instrumento.



1. MATRIZ DA SITUAÇÃO ATUAL DAS FAVELAS,  
BAIRROS POPULARES CARENTES E SEGMENTOS  
- VILA VELHA/79
-

2.

MATRIZ DE PRIORIDADES

---

3.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO E ACESSO

---

BIBLIOGRAFIA

---

ANUÁRIO do Estado do Espírito Santo 1973-1974. Vitória, Precisa. 217 p.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento; introdução à metodologia do planejamento social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 109 p.

BLALOCK JR, H. M. *Introdução a pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 133 p.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Planejamento. *Dados básicos sobre educação, migração, emprego, renda e habitação; Projeto censo escolar/ Pesquisa sócio-econômica*. Vitória, 1977.

\_\_\_\_\_. *Dados básicos sobre a população e escolarização no Estado do Espírito Santo; resultados parciais do Projeto censo escolar/pesquisa sócio-econômica*. Vitória, 1977.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estrutura demográfica do Espírito Santo 1940/2000*. Vitória, 1977. 309 f.

\_\_\_\_\_. *Informações básicas para o planejamento urbano*. 1979. (Documento 2).

\_\_\_\_\_. *Informações básicas para o planejamento urbano*. 1979. (Documento 3).

\_\_\_\_\_. *Patrimônio histórico da Grande Vitória; edificações a serem preservadas em Vila Velha*. Vitória, 1978. 73 f.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Proposta de intervenção para o assentamento urbano subnormal Maria Ortiz*. Vitória, 1979. 256 f.

\_\_\_\_\_. *Proposta de ordenamento urbano do município da Serra*. Vitória, 1979. 47 f.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. 117 p.

GOODE, Willian Josiah & HATT, Paul Kitchener. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Nacional, 1977. 488 p.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 316 p.

\_\_\_\_\_. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 186 p.

MELLO, Maria Conceição D'Incao. *O boia-fria; acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1976. 154 p.

MOISÉS, José Alvaro et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 86 p.

PEREIRA, Luiz et alii. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 189 p.

- PERIM, Carlos Alberto Feitosa. Introdução ao estudo das migrações no Espírito Santo. *Rev. FJSN*, Vitória, 2(3):20-7, jul./set. 1979.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade; favelas e política no Rio de Janeiro*, Paz e Terra, 1977. 377 p.
- PLANEJAMENTO. Habitação e urbanismo I. Salvador, Fundação de Pesquisas-CPE, v. 6, n. 1, jan./mar. 1978. Número especial.
- PLANEJAMENTO. Habitação e urbanismo II. Salvador, Fundação de Pesquisas-CPE, v. 6, n. 2, abr./jun. Número especial.
- PLANEJAMENTO urbano. São Paulo, Perspectiva, 1971. 203 p.
- PROJETOS de lotes urbanizados. Rio de Janeiro, BNH, 1978. 76 p.
- REVISTA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO. Porto Alegre, n. 5, ago. 1977.
- REVISTA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO. Porto Alegre, n. 6, dez. 1977.
- RIO DE JANEIRO (Arquidiocese) *Moradia do pobre no Rio de Janeiro*. 1979. 168 p.
- SCHMIDT, Rolf. Migrações: indicador integral da situação sócio-econômica. *Rev. FJSN*, Vitória, 2(3):28-32, jul./set. 1979.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1977. 152 p.